



Diário Oficial

Órgão de Divulgação Oficial do Município

de Ponta Porã

Prefeitura Municipal de Ponta Porã

Lei nº . 3463, de 20 de Dezembro de 2005.

Dispõe sobre o parcelamento de dívidas do Município de Ponta Porã com o Instituto de Previdência Social dos Servidores de Ponta Porã – PREVIPORÃ, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ponta Porã, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a parcelar dívidas do Município de Ponta Porã junto ao Instituto de Previdência Social dos Servidores de Ponta Porã – PREVIPORÃ, constantes da Confissão de Dívida firmada entre o Município de Ponta Porã e o Previporã, em 09 de dezembro de 2004, no valor de R\$ 864.803,52 (oitocentos e sessenta e quatro mil oitocentos e três reais e cinquenta e dois centavos).

Artigo 2.º. O prazo do parcelamento será de 240 meses, observados os acréscimos legais previstos no parágrafo único do artigo 21 da Lei Complementar Municipal n.º 004/2001 de 18 de novembro de 2001.

Parágrafo Único - No ato do parcelamento o Executivo deverá comprovar o pagamento da primeira prestação.

Artigo 3.º. Quando da formalização do acordo de parcelamento, o débito será atualizado monetariamente até esta data pelos índices do IGP-M/FGV, mais juros simples de 12% (doze por cento) ao ano, cujo total deve constar no documento respectivo.

Artigo 4.º. Sobre o saldo devedor incidirá encargos financeiros calculados pelo IGP-M (FGV), acrescidos de juros de 12% (doze por cento) ao ano, de modo a garantir o equilíbrio atuarial, previsto no *caput* do artigo 40 da Constituição Federal até o pagamento integral do parcelamento.

Artigo 5.º. O parcelamento de que trata esta Lei será efetivado através de termo contratual de confissão de dívida e parcelamento, cujo montante será inscrito em dívida fundada interna do Município.



Diário Oficial

Órgão de Divulgação Oficial do Município

de Ponta Porã


Prefeitura Municipal de Ponta Porã

Artigo 6.º. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações específicas do Orçamento do Município que deverão prever recursos suficientes para o pagamento do principal e dos encargos.

Artigo 7.º. Fica o Poder Executivo autorizado a oferecer parcelas das receitas municipais como garantia do cumprimento das obrigações assumidas por esta Lei.

Artigo 8.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ponta Porã, 20 de dezembro de 2005.


Flávio Kayatt
Prefeito Municipal